




# EL OCASO DEL ANTIGUO RÉGIMEN EN LOS IMPERIOS IBÉRICOS

## Capítulo 13



Scarlett O'Phelan Godoy / Margarita Eva Rodríguez García  
Coordinadoras

Esta publicación es resultado del proyecto de investigación y desarrollo «El final del Antiguo Régimen en los Imperios Ibéricos. Perspectivas comparadas y conectadas» (2013-2015), en el que participaron la Pontificia Universidad Católica del Perú, el CHAM – Centro de Humanidades de la Facultad de Ciencias Sociales y Humanas de la Universidade NOVA de Lisboa y de la Universidade dos Açores (Portugal) y la Universidad Pablo de Olavide (España).

*El ocaso del antiguo régimen en los imperios ibéricos*

Scarlett O'Phelan Godoy y Margarita Eva Rodríguez García (coordinadoras)

De esta edición:

© Pontificia Universidad Católica del Perú, Fondo Editorial, 2017

Av. Universitaria 1801, Lima 32, Perú

feditor@pucp.edu.pe

www.fondoeditorial.pucp.edu.pe

© CHAM – Centro de Humanidades

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa

Universidade dos Açores

Sede administrativa: Avenida de Berna, 26-C, 1069-061 Lisboa, Portugal

cham@fcs.unl.pt

www.cham.fcs.unl.pt

Apoyo:

**FCT**

Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



El CHAM (NOVA FCSH – UAc) es financiado por la Fundação para a Ciência e Tecnologia a través del proyecto estratégico UID/HIS/04666/2013

Diseño, diagramación, corrección de estilo  
y cuidado de la edición: Fondo Editorial PUCP

Imagen de portada: *Las cuatro partes del mundo*, de Juan Correa Sotomayor (Ciudad de México, hacia 1646-1716). Colección Museo Soumaya. Fundación Carlos Slim, Ciudad de México.

Primera edición: octubre de 2017

Tiraje: 500 ejemplares

Prohibida la reproducción de este libro por cualquier medio,  
total o parcialmente, sin permiso expreso de los editores.

Hecho el Depósito Legal en la Biblioteca Nacional del Perú N° 2017-12988

ISBN (Perú): 978-612-317-299-2

ISBN (Portugal): 978-989-8492-54-8

Registro del Proyecto Editorial: 31501361701087

Impreso en Tarea Asociación Gráfica Educativa  
Pasaje María Auxiliadora 156, Lima 5, Perú

# UMA REPÚBLICA DE LETRAS LUSO-BRASILEIRA: A ACADEMIA REAL DA HISTÓRIA PORTUGUESA<sup>1</sup>

*Junia Ferreira Furtado*

Universidade Federal de Minas Gerais

## 1. ILUMINISMO: IDEIAS QUE VIAJAM

«Mas qual se pode desejar mais sublime matéria para compor uma História que os sucessos e as ações da nossa Republica das Letras?» (Silva, 1726) —se perguntava o Marquês de Abrantes na censura que redigiu para o livro que contava os primeiros anos de funcionamento da Academia Real da História Portuguesa. Com efeito, a criação dessa Academia, por Dom João V, em dezembro de 1720, foi momento singular no processo de formação e consolidação de um grupo de intelectuais<sup>2</sup> que se reunia em torno do monarca e nele encontrava seu principal mecenas (Mota, 2003). Ela era sintoma evidente da formação, em Portugal, de uma República de Letras de viés iluminista. Mas existiria mesmo um Iluminismo em Portugal por essa época?

Diderot, ao redigir o verbete sobre os *philosophes* para a *Encyclopédia*, afirma que a República de Letras aspira uma igualdade entre os escritores e os grandes do

---

<sup>1</sup> Esse capítulo é uma versão modificada e ampliada de parte de meu livro (Furtado, 2012a, pp. 71-114). Agradeço ao CNPq, Fapemig e a CAPES pelos apoios concedidos para realização da pesquisa.

<sup>2</sup> O termo intelectual aparece tardiamente na França, somente no século XIX. Já o dicionário de Raphael Bluteau, escrito entre 1713 e 1721, registra os termos intelectual e intelectivo como aquele «dotado de faculdades, inteligente. O que tem potência capaz para compreender e entender as coisas do discurso» (Bluteau, 1713, p. 159). O autor reconhece a existência de uma virtude e uma alma intelectual dotada de entendimento. Portanto, o uso desse termo para o estudo da cultura luso-brasileira do século XVIII não é anacrônico, resguardadas suas conotações linguísticas. Didier Masseau, para fins analíticos, distingue o *savant*, do *écrivain* e do *philosophe*. Porém, ele reconhece que os termos eram utilizados de forma indistinta na época (Masseau, 1994, pp. 8-10). Por esta razão, o termo será empregado neste capítulo como correlato a *savant*, letrado, inteligente ou *philosophe*.

reino (Diderot, s.d., XVI, pp. 273-278). O termo república abarcava exatamente esse sentimento de igualdade a que os homens de letras almejavam. D'Alembert, secretário perpétuo da *Académie des Inscriptions et Belles Lettres*, reconhecia que a sociedade de Antigo Regime era desigual por natureza, mas o espaço das Academias seria o *locus* que nivelaria aqueles cuja glória estava fundada no talento aos oriundos da nobreza de sangue. «A igualdade acadêmica, da qual todos os nossos confrades se mostram invejosos, não é apenas uma simples prerrogativa da Academia Francesa, mas um dos fundamentos essenciais da sua constituição» (D'Alembert, 1779, p. XXX). O embaixador português Dom Luís da Cunha<sup>3</sup>, importante *savant* na primeira metade do século XVIII, que fez parte da Academia Real da História Portuguesa, como sócio supra-numerário, no seu discurso de agradecimento à sua indicação reafirmou o caráter igualitário da instituição, ao afirmar que entre seus membros «parece que se respira o ar da primeira idade do Mundo, porque a ordem das condições se conhece, ou se restabelece debaixo das leis da natureza, o homem hábil, e célebre não é menos que o grande, e poderoso; e os talentos são maiores que os títulos» (Cunha, 1723, p. 85).

Academias iluministas eram espaços de ascensão dos homens de letras, equiparando-os aos grandes do estado, que também eram delas integrantes. Segundo D'Alembert «não somente a Academia precisa dos escritores de distinção em todos os gêneros da Literatura, ela precisa mais e sempre, segundo os mesmos princípios, de membros de distinção por seu nascimento e graduação» (D'Alembert, 1779, p. XXV). Mas eram também lugares de distinção, distinguindo, desta feita, os homens de talento, verdadeiramente esclarecidos, dos homens ordinários, valorizando o mérito e a capacidade dos que contribuíam para o engrandecimento do Estado, junto aos grandes por nascimento —isto é, os nobres<sup>4</sup>. Por isso, aos acadêmicos, «é indispensável que [...] tenham entre as classes uma distinção marcada, que [...] a virtu e os talentos serão os únicos direitos à nossa verdadeira homenagem» (D'Alembert, 1779, p. XXXI).

A junção dos escritores de talento com a nobreza de gosto assentados nas academias, estas patrocinadas pelos monarcas, formava um espaço de opinião pública. Mas esse não era um fenômeno exclusivamente francês. Tal qual na *Académie des Inscriptions et Belles Lettres*, e de forma bastante precoce, tratando-se do culto à História, a criação da Academia Real da História Portuguesa aglutinava e dava visibilidade ao processo de transformação cultural, sob viés iluminista, que ocorria em Portugal. Ali configurava-se uma elite intelectual, composta em

<sup>3</sup> Sobre Dom Luís da Cunha ver Cluny, 1999; Silva, 2001; Furtado, 2013.

<sup>4</sup> Voltaire, por exemplo, fazia parte do *establishment* com o objetivo de poder controlar de dentro os aparelhos culturais do Estado (Masseau, 1994, p. 15).

grande parte de nobres de nascimento, mas não só (Mota, 2003, pp. 106-111), que se imiscuía no Estado, colocando sua capacidade a seu serviço, usufruindo de privilégios e que, ao mesmo tempo, promovia sua própria ascensão social.

### 1.1. Iluminismo ou Iluminismos?

Voltaire destacou que a República de Letras era uma invenção europeia, e não apenas parisiense, e as academias que pipocavam mais ou menos por todas as cortes conectavam essas elites inteligentes:

Viu-se estabelecida imperceptivelmente na Europa uma república literária [...], apesar das guerras e das diferentes religiões. Todas as ciências, as artes, portanto recebiam assistência mútua dessa maneira; as academias formaram esta república. [...] Eruditos autênticos em cada campo estreitavam os vínculos desta grande sociedade de mentes, espalhada por toda parte e por toda parte independente. Esta correspondência ainda permanece; é uma das consolações para os males que a ambição e a política disseminam através da terra (Wills, 2001, p. 275).

Apesar dos *savants* da época, tal qual Voltaire, compartilharem da percepção do Iluminismo como um fenômeno continental, e do espaço das academias como locus de intercâmbio dessa sociabilidade, independentes e interconectadas entre si, inúmeros debates sobre o Iluminismo ter existido ou não nos diversos espaços nacionais europeus são, ainda hoje, aguerridos e inflamados. No caso de Portugal, os impasses que os historiadores frequentemente encontram nas análises sobre a cultura desse período se devem em certa medida a pelo menos quatro fatores principais. Em primeiro lugar, ainda que o termo Iluminismo tenha sido inicialmente cunhado pelos próprios filósofos franceses no século XVIII, e «a idéia de ‘o Iluminismo’ como um objeto histórico claramente identificado [ser] uma invenção moderna» (Withers, 2007, p. 3), a definição do que hoje se considera Iluminismo foi consolidada muito posteriormente, já no século XX. Ou seja, é a partir do conhecimento dos fatos tal qual ocorreram e se desdobraram no passado que grande parte dos historiadores analisou ou ainda analisa a História enquanto um processo que adquire coerência a partir do futuro, ou seja, constrói-se uma história de trás para frente e, entre fins do século XVII e durante o XVIII, o que denominamos Iluminismo não foi um processo estático. O grande problema desse tipo de análise metodológica é que se define um modelo ideal do fenômeno (nesse caso o parisiense) e constrói-se a análise histórica a partir dos fatos posteriores (no caso a França revolucionária), os quais passam a conferir inteligibilidade ao que acontecera anteriormente, e o que parece não se encaixar perfeitamente neste modelo sequencial de acontecimentos, o que aparentemente seria o caso da cultura portuguesa do século XVIII, é visto como

exceção, como desvio da regra. Ao invés de se compreender a História na corrente dos acontecimentos, adota-se o procedimento inverso, o que torna a abordagem marcada por um viés tautológico, determinista e linear.

Em segundo lugar, resultante dessa visão determinista de História, a maioria das interpretações sobre o Iluminismo caracteriza-se por definir o conceito apenas a partir de sua configuração pós-Revolução Francesa, quando sua feição anti-monárquica e anti-católica se tornou efetivamente hegemônica na França revolucionária. Nessa medida, esquece-se que o Iluminismo nasceu como instrumento do Estado Absolutista e teve nos monarcas, como foi o caso de Luís XIV, Luís XV ou Dom João V, seus principais incentivadores. As Academias, tanto as francesas quanto as portuguesas, fundadas sob proteção de seus monarcas, «favorecia[m] os sagazes sábios e os indubitáveis do Governo em favor do progresso das Luzes» (D'Alembert, 1779, p. XXI). Esse mecenato régio nem sempre era visto como nocivo ou indesejado. Muito antes pelo contrário. «Voltaire comentou as vantagens dos acadêmicos franceses em relação a seus colegas ingleses, da Real Sociedade de Londres, porque os primeiros recebiam pensão da Coroa, ao passo que os ingleses não tinham nenhum incentivo pecuniário». Isso, segundo o sábio francês, permitia uma maior especialização do conhecimento no interior da primeira instituição, em contraste da generalização do mesmo que ocorria na segunda (Kantor, 2004, p. 25). Como revelam as falas de Diderot e D'Alembert no início desse capítulo, até a Revolução, e mesmo em seus períodos iniciais, os iluministas franceses, como os portugueses, defendiam não a abolição da monarquia, mas a ascensão dos intelectuais e dos homens de letras junto aos grandes, como reconhecimento de sua capacidade intelectual colocada a serviço do Estado monárquico, que em geral era o principal mecenas das academias onde se reuniam<sup>5</sup>.

A terceira premissa decorre das duas primeiras e é o caráter francocêntrico das análises sobre o Iluminismo europeu, por aqueles que defendem que o mesmo foi um fenômeno quase que exclusivamente francês. Para Robert Darnton, «foi um fenômeno histórico concreto, que pode ser situado no tempo e circunscrito no espaço: Paris na primeira parte do século XVIII» (Darnton, 2003, p. 18). Esse tipo de análise costuma diferenciar a cultura francesa e, por extensão, a dos países anglo-saxões —que se moderniza pelo impacto da razão— e a dos países ibéricos —que teria permanecido imersa no misticismo que seria característico da religião

---

<sup>5</sup> A exceção era Rousseau, visto por Voltaire como perigoso para o movimento de ascensão dos intelectuais iluministas. Em suas palavras: «C'est grand dommage que Jean Jacques se soit mis tout nu dans le tonneau de Diogène [...]. Est il possible qu'on laisse jouer cet farse impudente dont on nous menace?» (Berstman, c.1977, p. 228).

católica, particularmente sob o impacto da Inquisição<sup>6</sup>. Parte-se aqui novamente de modelos ideais, caracterizados por cortes binários da realidade: moderno-atrasado; bom-mal; luz-sombra, e que não se sustentam a uma análise mais detida dos processos históricos ocorridos nessas duas macro-regiões<sup>7</sup>. Da mesma forma, tomam-se os desdobramentos da história francesa (vistos de trás para frente) como o modelo ideal para examinar os acontecimentos nos diversos países, vistos então sempre como desviantes ou incompletos.

Em quarto lugar, destaca-se a concepção, já presente na própria elite intelectual portuguesa da segunda metade do século XVIII e incorporada por boa parte da historiografia mais recente, de que a cultura portuguesa encontrava-se até então mergulhada na escuridão, engessada pela Inquisição, pelo arcaísmo da nobreza e pelo misticismo da Igreja Católica (Darnton, 1983; Silva, 1999). Como nos mostra Ângela Barreto Xavier, ao contrário do que usualmente se acredita, mesmo a Segunda Escolástica vigente em Portugal até a primeira metade do século XVIII não era avessa à inovação (Xavier, 1998) e grande parte da crença que era um empecilho ao novo deriva do próprio discurso iluminista, caracterizado pela leitura da realidade sob signos binários, tais como moderno-arcaico ou progresso-atraso. Ora, fazia parte do seu próprio repertório, inclusive na França, a utilização da metáfora da luz e da sombra, que apregoava que somente um novo conhecimento baseado na razão, como uma luz, tendia a se espalhar e a iluminar a todos, afastando as trevas em que a cultura estivera mergulhada até então, o que não necessariamente correspondia à realidade dos acontecimentos<sup>8</sup>. Esse tipo de abordagem acaba por imprimir um viés evolucionista às análises sobre a cultura e a ciência ocidental, agravado no caso das nações ibéricas.

## 1.2. Pode-se falar de um Iluminismo luso-brasileiro?

A junção de todas essas premissas acabou por situar o Iluminismo português, quando esse é reconhecido como existente, como uma derivação tardia, ou mesmo um desvio de sua fonte original francesa, por isso mesmo incompleto e inacabado. Essa ideia não é exclusiva das análises sobre Portugal, mas se estende (com raras exceções) à maioria dos estudos sobre outras regiões *hoje* consideradas periféricas

---

<sup>6</sup> A primeira crítica contunde a esta divisão tradicional entre as duas culturas pode ser vista em Morse, 1977.

<sup>7</sup> Crítica mais recente é Cañizares-Esguerra, 2001.

<sup>8</sup> Nesse aspecto, observa-se, por exemplo, a discrepância de opiniões entre Voltaire e Rousseau sobre o estado da cultura francesa. Voltaire argumenta que a cultura francesa e os intelectuais/filósofos transformaram a França numa potência no século XVIII. Rousseau defende que a cultura estava corrompida e precisava de uma revolução para construir um novo mundo utópico.

do centro anglo-francês, como a Espanha, as Américas ou mesmo a Escócia<sup>9</sup>. Jorge Cañizares-Esguerra, ao se debruçar sobre o Iluminismo das colônias hispânicas afirma que o que tem caracterizado estas análises é a insistência em medir em que grau as ideias de uma matriz iluminista original foram mais ou menos aceitas ou rejeitadas por uma minoritária elite local (Cañizares-Esguerra, 2001, pp. 266-345).

Este tipo de procedimento metodológico negligencia um aspecto central da epistemologia iluminista que é a criação de um novo método de produção do conhecimento. O que aproxima as redes de filósofos iluministas é mais o compartilhamento de uma mesma razão epistemológica, do que do conteúdo do conhecimento em si. Ainda de acordo com o autor, no caso da História, seu novo método teria se desenvolvido primeiro nas Américas em detrimento da Europa (De Vos, 2005, pp. 450-453). Jonathan Israel, por sua vez, discorda dessas críticas recentes que buscam sob o amplo conceito de Iluminismo abarcar processos ocorridos em diversos espaços, caracterizando-as como tendências pós-modernas. Para ele, existiu um Iluminismo Radical, característico principalmente da França e da Inglaterra, que se contrapõe ao que ocorreu nos países católicos, tais quais Portugal, onde «*the officially-sanctioned 'enlightenment' carried through in Portugal and Brazil by the marquis of Pombal, the powerful chief minister of the crown who virtually ruled Portugal between 1750 and 1777, was not in any meaningful sense 'enlightened'*» (Israel, 2006, p. 526).

Entre os que aceitam falar de um Iluminismo português, este teria ocorrido somente a partir da segunda metade do século XVIII, hegemonizado pela figura do Marquês de Pombal, a par com a elite por ele promovida, e se configuraria nas transformações então encetadas em Portugal — reforma da universidade, do ensino, racionalização da burocracia, reforma da economia, etc. Ou seja, a «vertente» portuguesa do Iluminismo teria por natureza uma feição estatal, tardia, considerada como um desvio da matriz revolucionária original francesa, por isso paradoxal, e que passou a ser denominada «despotismo esclarecido» (Maxwell, 1996). Guilherme e Lúcia Pereira das Neves, ao analisarem parte da biblioteca do ilustrado brasileiro Francisco Agostinho Gomes (1769-1822), por meio da lista de livros que o mesmo enviou ao Brasil, concluíram que a mesma era «típica das envergonhadas Luzes luso-brasileiras» (Neves & Neves, 2004), pois Portugal «permanecia dominado pelo obscurantismo, a ignorância, o fanatismo religioso e os rituais da tradição» (Neves & Neves, 2004, p. 13).

Não acredito na existência de um atípico, restrito e deformado Iluminismo luso-brasileiro (Furtado, 2012b, 2013), como também o fez István Jancsó ao discutir as ideias de igualitarismo e revolução presentes na Rebelião Baiana, de 1798

<sup>9</sup> Para a Escócia ver por exemplo Charles, 2007.

(Jancsó, 1997). Esse capítulo, ao centrar sua análise na Academia Real da História Portuguesa, busca não só recuar o fenômeno à primeira metade do século, sob o reinado de Dom João V, como discutir em que medida essa instituição, e seus congêneres brasileiros, foram expressões das Luzes nesses espaços, em conexão com a República de Letras europeia.

Mas afinal, o que constitui o Iluminismo? Porque ainda é válido utilizar esse conceito como uma ferramenta de análise? O termo originou-se na França, cunhado por um grupo de filósofos que, como Voltaire, articulava um movimento intelectual caracterizado pelo uso da razão e que buscava a ascensão dos intelectuais na sociedade hierárquica do Antigo Regime. No entanto, razão e empiria, em maior e menor grau, sempre haviam guiado a busca do conhecimento, não só na Antiguidade, como também no chamado Renascimento, quando o pensamento ocidental se baseava na ideia de que uma razão divina era inerente à criação e que caberia aos *savants* desvendar o livro da natureza para revelá-la. O que havia de novo é que, pela primeira vez, estes *philosophes* formavam um movimento, buscavam trocar seus conhecimentos por ascensão social e formaram o embrião de uma esfera pública de opinião:

O philosophe era um novo tipo social, que hoje conhecemos como intelectual. Ele pretendia colocar suas idéias em uso, persuadir, propagar e transformar o mundo ao redor. [...] Representavam uma nova força na história, homens de letras agindo em conjunto e com autonomia considerável para impor um programa. Eles forjaram uma identidade coletiva (Darnton, 2003, p. 19).

Ao partir destes elementos como constituintes do Iluminismo, percebe-se que, bem ao contrário do que usualmente se afirma, o reinado de Dom João V (1706-1750) em Portugal já era caracterizado por um ambiente cultural par a par com o que foi denominado de Iluminismo pelos indivíduos a ele contemporâneos e com feições muito próximas ao que ocorria na França e em vários países da Europa à mesma época. A ascensão dos intelectuais/escritores/filósofos/letrados/homens de talento como uma força nova, agindo em grupo; a valorização do espírito; a criação de um mercado de letras; a aproximação entre esses intelectuais, os grandes e o Estado; a formação de uma opinião pública; a proliferação das Academias, nas quais se passa a valorizar um conhecimento científico mais prático, importante instrumento para o fortalecimento do Estado; a articulação de um mecenato régio e a cooptação dos intelectuais para o serviço do Estado monárquico são, entre outros, fenômenos que podem ser observados, em vários países da Europa, como em Portugal, e mesmo nas Américas, já na primeira metade do século XVIII. Esses *philosophes*, bem ao gosto do espírito das Luzes buscavam a construção de uma Filosofia Mecânica, caracterizada pelo uso da razão, do espírito crítico e do

experimentalismo, como sistema capaz de transformar o entendimento humano, distanciando-o do dogmatismo que *acusavam* ser até então dominante. Buscavam também a construção de uma nomenclatura universal capaz de classificar e sistematizar o mundo natural, da qual o sistema desenvolvido por Lineu foi sua maior expressão. A ampla circulação de livros, o trânsito de intelectuais portugueses pela Europa e vice-versa, bem como a articulação das redes de intelectuais dos diversos países europeus propiciaram que, na época, a sociabilidade cultural do continente e mesmo do além-mar, nas Américas, se configurasse sob patamares muito mais próximos do que se poderia esperar.

Isto não significa, como alerta Jorge Cañizares-Esguerra, partir do pressuposto que existiria apenas um único Iluminismo que viajasse entre os diferentes espaços, sendo desvirtuado em maior ou menor grau à medida que se distanciava de seu centro irradiador (Cañizares-Esguerra, 2001). Aceitar a ideia de um Iluminismo como um movimento com abrangência geográfica ampliada exige alterar a forma de analisá-lo. Significa pensar um movimento com inúmeros núcleos e expandindo-se em múltiplas direções, abolindo as noções tradicionais de centro e periferia, não existindo um único centro difusor. São ideias que viajam por meio das conexões estabelecidas entre as elites de letras e que são traduzidas de diferentes formas nos espaços diversos. «O Iluminismo era nacional e local e internacional» (Withers, 2007, p. 7). Dessa forma, observa-se que ele é um só e são muitos ao mesmo tempo. O que o identifica é o fato de que elites intelectuais em diferentes locais, conectadas entre si, e ao mesmo tempo, partilhem da ideia que constroem um novo método de compreensão do mundo, forjando uma identidade coletiva. Este novo conhecimento é então produzido nos mais diversos espaços de forma concomitante e é a comunicação entre essas redes de *philosophes*, geograficamente distanciados, que permite que estas ideias circulem em diferentes direções. É um conhecimento em movimento que circula continuamente e que se altera à medida que se movimenta.

Como nos alerta Serge Gruzinski, «como conceber as circulações e as ligações entre os mundos e as histórias múltiplas quando o eurocentrismo, se é que este não é o provincianismo, disputa o gosto pelo exotismo e o primitivismo para entrar ou parasitar a leitura dos circuitos não europeus»? (Gruzinski, 2004, p. 32). Responder a esta questão exige uma nova abordagem metodológica do Iluminismo que nos permite, por exemplo, apreender que os centros difusores do conhecimento nem sempre foram os usualmente estabelecidos, ainda que uma História da Ciência sob moldes tradicionais insista num modelo evolucionista e franco-anglocêntrico de difusão. Dois pontuais exemplos cujo fluxo da inovação ocorreu na contramão dessa direção tradicional: em 1735, o cirurgião-barbeiro Luís Gomes Ferreira publica em seu livro de medicina, *Erário Mineral*, uma receita havia alguns anos desenvolvida empiricamente na Bahia por João Cardoso de Miranda para a cura

do escorbuto, constituída de verduras e frutas frescas ricas em vitamina C, e hoje se atribui ao inglês James Lind, em 1747, a cura do mal. A 3 de agosto de 1709, em frente de Dom João V e da corte portuguesa, o padre Bartolomeu de Gusmão, um *philosophe* iluminista, partilhando das novas concepções físico-mecânicas de ciência, foi capaz de, pela primeira vez, perante a uma audiência extasiada, fazer voar um artefato mais pesado que o ar, e hoje se credita esta descoberta aos irmãos franceses Joseph Michel e Jacques Étienne Montgolfier, que, em 1783, usaram os mesmos princípios para realizarem seu feito.

Ao partir dessa ideia de um modelo multicêntrico de difusão do Iluminismo, esse capítulo discute o aparecimento das Academias literárias, especialmente as de culto à História, no mundo luso-brasileiro, como espaços de atuação de uma República de Letras iluminista portuguesa e de inserção desses *philosophes* no aparelho de Estado. Também pretende apontar para algumas das articulações entre esses intelectuais portugueses e a rede europeia mais ampla de *savants* iluministas, com o intuito de questionar os circuitos tradicionais de movimento de produção do saber à época.

## 2. A ACADEMIA REAL DA HISTÓRIA PORTUGUESA

### 2.1. Fundação

As Academias literárias que funcionaram em Portugal, na França e mesmo no Brasil<sup>10</sup>, entre fins do século XVII e ao longo do século XVIII, foram importantes centros de convergência desses homens instruídos e *locus* de troca e de divulgação de suas ideias. Como na França, «o homem de letras não existe fora das instituições que se objetivam em um espaço social. Sua atividade depende dos aparelhos culturais do Estado e de todas as redes da sociedade civil (salões, círculos, academias)» (Masseau, 1994, p. 6). Não por acaso, o embaixador português Dom Luís da Cunha, grande expoente intelectual de sua época, participou das duas maiores academias que funcionaram em Portugal por essa época: a Academia dos Generosos e a Academia Real da História Portuguesa, surgida a partir da primeira.

A Academia dos Generosos foi fundada, em 1647, pelos principais membros da nobreza portuguesa, como, entre outros, o pai de Dom Luís da Cunha — Dom António Álvares da Cunha —, o Conde de Tarouca, o 4º. Conde da Ericeira e o Conde de Vila Maior, depois 1º. Marquês de Alegrete, Manuel Teles da Silva. Durante sua existência, ficou sediada na casa de Dom Antônio Álvares da Cunha e exerceu importante influência no espírito de Dom Luís (Palma-Ferreira, 1982, pp. 31-38). A Academia funcionou inicialmente até 1668, quando suas atividades

<sup>10</sup> Estudo incontornável sobre o tema é Kantor, 2004.

foram temporariamente paralisadas. Em sua segunda fase, entre 1693-1696, Dom Luís da Cunha desempenhou importante papel, que contribuiu para o seu sucesso durante os 3 anos seguintes. Em 1696, sua partida para Londres, como embaixador, fez com que os seus trabalhos fossem interrompidos de forma permanente (Cluny, 1999, pp. 23-24; Silva, 2001, pp. 27-29; Kantor, 2004, pp. 45-57). Essa primeira Academia lançou as bases de articulação dessa República de Letras na primeira metade do século XVIII e as sociabilidades e as amizades ali estabelecidas foram invocadas por esses homens ao longo de toda a sua vida. Como os demais membros, foi a partir da Academia dos Generosos que Dom Luís da Cunha teceu as principais conexões sociais que manteve em Portugal, mesmo residindo no exterior durante todo o resto de sua existência (Silva, 2001, p. 34).

A Academia Real da História Portuguesa foi fundada por Dom João V, em 1720, e congregou os grandes expoentes da nobreza, da administração e da intelectualidade da época (Mota, 2003). Ainda que, «durante o século XVIII, a História, como disciplina autônoma e independente ainda não estava institucionalizada nem em Portugal, nem nas principais universidades europeias» (Kantor, 2004, p. 29), não deixa de ser inédita e precoce a criação dessa primeira academia centrada no estudo da História, «uma experiência peculiar no âmbito das formações acadêmicas europeias» (Kantor, 2004, p. 41). Dom Luís da Cunha salienta essa característica e reconhece em seu discurso que Dom João V «foi o primeiro, que concebeu, e executou a grande ideia de instituir a mais necessária, e a mais útil de todas as Academias [a de História], que floresceram nos séculos passados, e vemos florescer no presente» (Cunha, 1723, p. 87). Criada por sugestão de Manuel Caetano de Sousa, depois de um longo périplo europeu, onde visitou e fez contatos com várias academias, principalmente na Itália e na França, teve entre seus primeiros sócios, entre outros, o 4º. Conde da Ericeira, Martinho de Mendonça Pina e Proença, o padre Bartolomeu de Gusmão, Diogo Barbosa Machado, o Marquês de Alegrete e o Conde de Vilarmaior, que foi seu primeiro secretário (Mota, 2003, p. 33). Com sua criação, os antigos partícipes da Academia dos Generosos juntaram-se a ela. Os sócios supranumerários, como Dom Luís da Cunha, eleito em 1723, eram aqueles não residentes em Lisboa e, dessa forma, a elite intelectual da capital se conectava com os residentes no interior do país e também no exterior, como era o caso dos diplomatas.

## 2.2. A Academia como um projeto imperial

Iris Kantor defende, com perspicácia, que a centralidade da disciplina histórica na Academia portuguesa residiu no fato de que o acirramento das disputas entre as nações europeias pelas colônias de além-mar, que se intensificou com «mudanças no campo do Direito civil e eclesiástico pátrios, encetados pela Paz de

Vestfália (1648)», levou à necessidade de uma nova escrita da história portuguesa que justificasse a posse de seu vasto império oceânico e «a gênese de uma visão secularizante da experiência ultramarina». Nesse sentido, os trabalhos a serem realizados pelos acadêmicos não deveriam se restringir apenas ao espaço do reino, mas abarcar também as colônias, especialmente o Brasil, que se tornava cada vez mais importante economicamente, com a descoberta do ouro em fins do século XVII, e dos diamantes, em 1720 (Furtado, 2014a). Tratava-se, pois, de «um novo discurso de justificação do império» (Kantor, 2004, p. 19) e também de exaltação da monarquia, que durante o reinado de Dom João V, graças a esse afluxo de riquezas do Brasil, buscava recuperar um papel central para Portugal na nova configuração das nações europeias.

A importância que o Brasil e, por conseguinte, suas elites locais adquiriram, ao longo do século XVIII, fez com que esse movimento acadêmico iluminista se propagasse também por seu território. Dessa feita, eram os súditos dessa conquista que procuravam uma melhor inserção para si próprios e para esse espaço colonial na balança do império e uma das maneiras de alcançar esse intento era contribuir para o projeto cultural científico encetado no reinado joanino. As duas mais importantes academias da América portuguesa surgiram na cidade de Salvador da Bahia, importante porto de comércio com Portugal e a África: a Academia Brasília dos Esquecidos (1724) e a dos Renascidos (1759), fundadas em dois contextos diferentes. A primeira, no reinado de Dom João V (1707-1750), refletia a mesma conjuntura de fundação da Academia Real da História Portuguesa. A segunda, já no reinado de Dom José I (1750-1777), se insere no contexto do ministério do Marquês de Pombal, que foi marcado pela série de reformas que reforçaram o poder régio, acentuando o absolutismo monárquico; estimularam a ascensão das classes mercantis; decretaram a expulsão dos jesuítas; instituíram a reforma do sistema de ensino; garantiram o monopólio régio sobre a exploração dos principais produtos do império, como o vinho, o diamante, ou as drogas da região amazônica, etc. No caso específico do Brasil, uma outra importante questão que Pombal enfrentou foi a demarcação e reconfiguração de seu território após os Tratados de Madrid (1750) e Santo Ildefonso (1777) (Kantor, 2004, p. 20), que levaram inclusive a transformações no estatuto das populações locais, com a extensão da noção de súditos aos indígenas. Mas as discussões e a produção acadêmica que ocorrem no interior destas duas instituições ultramarinas apontam que não se tratava apenas de importar os modelos iluministas luso-europeus. Era desejo da própria elite local contribuir de forma inédita, a partir de uma visão marcada por sua experiência ultramarina, para a construção de sua própria História e, dessa forma, «representa[ram] uma oportunidade de repactuar sua inserção na órbita imperial portuguesa» (Kantor, 2004, p. 20). Essas academias responderam, portanto, a uma demanda dos inteligentes locais de se equiparem

às elites pensantes do reino, contribuindo com seu saber para a promoção do desenvolvimento do império.

Essa autonomia do pensamento oriundo das conquistas pode ser observado na proposta que o poeta Basílio da Gama, nascido no Brasil, e autor de um poema épico monumental, intitulado *O Araguaí* [sic] (*Uraguai* ou *Uruguai*, 1769), apresentou a Pombal. Sugeriu a formação de «um grupo coeso de poetas [ultramarinos] que o exaltassem de maneira exclusiva e convicta, pois, sem raízes na Metrópole, não apresentavam o perigo de contatos com a velha nobreza, que se indispusera com a política do ministro» (Teixeira, 1999, p. 469). Por sua iniciativa e de outros letrados/poetas locais foi fundada, na cidade de Vila Rica, na capitania de Minas Gerais, em setembro de 1768, a Arcádia Ultramarina e as casas desses literatos tornaram-se salões onde recitavam poesia, discutiam diversos autores e novas ideias, numa verdadeira «Boemia ilustrada» (Darnton, 1983).

### 2.3. «A mais útil de todas as academias»

A criação da Academia Real da História Portuguesa serviu aos propósitos da elite pensante reinol em seu intuito de formular um novo conhecimento, que deveria ser construído segundo as regras do novo método cartesiano. Para Dom Luís da Cunha, ela era «a mais útil de todas as academias», pois tinha um caráter globalizante, abrangendo outras ciências, «porque na História se vê a pureza da Língua, se fala com os termos mais próprios das Artes, e das Ciências, e se examina, e descobre a verdade dos monumentos, a inteligência das Medalhas, e a significação das Inscrições» (Cunha, 1723, p. 87). A submissão estrita às regras metodológicas conferiria a esse conhecimento um estatuto científico. Segundo esse método, o texto histórico a ser produzido pelos membros da instituição deveria ser precedido de uma investigação rigorosa. As fontes históricas encontradas seriam em seguida submetidas à crítica (Mota, 2003, p. 60). Era uma história afeita ao poder e, por isso mesmo, era sobretudo uma história administrativa.

Dessas duas perspectivas —a preocupação com as fontes e o viés administrativo— decorria a necessidade de recolha e organização dos documentos a serem utilizados, que eram principalmente os oficiais, produzidos pelo próprio poder. Não por acaso, o papel de guarda-mor da Torre do Tombo, onde eram arquivados os documentos régios que serviriam de fonte para a escrita da história do império português, foi confiado, em momentos diferentes, a Dom Antônio Álvares da Cunha. Dom Antônio esperava que Dom Luís o sucedesse e, por isso, em sua juventude, ministrava-lhe o preparo intelectual que o cargo exigia, segundo a nova metodologia nascida nas academias. São palavras de Dom Luís sobre a inovadora atuação de seu pai à frente desse órgão: «a Torre do Tombo ficou sem se acabar de reformar, ainda que me dizem que depois se pôs na ordem que meu

pai havia começado esta obra e a tinha adiantado, de que fui testemunha, porque queria que o acompanhasse e me instruisse na esperança de que lhe sucederia na continuação dessa reforma» (Cunha, 1742).

A produção acadêmica deveria abranger todos os reinados pregressos desde a fundação do reino, abarcando a história da nobreza, a militar, a civil e a eclesiástica. Outro aspecto a ser rememorado era a história dos descobrimentos e conquistas realizadas em cada reinado, começando das mais antigas —a África, chegando às mais modernas— Ásia e Brasil. Para contar a história dessa última, foram designados os acadêmicos Antônio Rodrigues da Costa, que deveria escrever sua história eclesiástica, e Antônio Caetano de Sousa, que comporia uma memória sobre seus bispados (Kantor, 2004, pp. 57, 61).

Como homens cultos, os textos produzidos deveriam seguir as regras do bom discurso, utilizando uma linguagem clara e objetiva (Mota, 2003, p. 60), diferente daquele, «que querendo-se dizer pomposo, e elevado, deixa o leitor mais instruído do merecimento, do Autor, que da verdade da História». Tratava de se retornar à graça da antiga, e sublime simplicidade» do estilo (Cunha, 1723, p. 89). Essa preocupação com o método e com a clareza da forma, manifesta-se, por exemplo, na carta que Dom Luís da Cunha escreveu a Diogo de Mendonça Corte Real, na qual pedia, em 1714, que entregasse ao rei um de seus escritos. Tratava-se do primeiro volume de suas *Memórias sobre a Paz de Utrecht*:

Dou a este meu trabalho o título de memórias porque de nenhuma maneira cuidei em fazer História. E ainda que cuidasse sempre seria o mesmo, porque não basta ter eu má tintura das suas regras para as seguir e saber executar com acerto [...]. Não pude observar nem a pureza nem a frase do nosso idioma; porque faltando-me já com o pouco uso para o que escrevo ainda me fica sendo mais difícil achar termos próprios para o que traduzo sem lhe fazer perder alguma parte do seu verdadeiro sentido; e por isso me ajustei mais a letra do que apurei a composição (Cunha, s.d., I, f. 1-1v).

O embaixador cumpria, por meio de vários escritos de caráter histórico-político, no seio dos quais as *Memórias sobre a Paz de Utrecht* têm lugar especial, o papel destinado a essa República de Letras, em especial aos sócios da Academia Real da História, na construção de um conhecimento moderno, a ser disponibilizado ao serviço de Estado. «O poder desses intelectuais repousa enfim sobre sua convicção de produzirem história» (Masseau, 1994, p. 15). Mas a que produziam não visava apenas desvendar o passado, pois tinha a missão de instruir os príncipes em sua ação no devir histórico. Esse importante papel na formação dos monarcas esclarecidos que deveria ser destinado aos acadêmicos-historiadores é acentuado por Dom Luís da Cunha no discurso escrito quando de sua posse na Academia:

O estudo, que fazem da antiguidade, dando-lhes experiência de todos os tempos, os habilita, para que entre eles escolha Sua Majestade um sujeito digno de ter cuidado da educação do Príncipe nosso Senhor, pois sendo tão versados na arte de louvar os Heróis, parece que também devem saber melhor que os outros o modo de forma-los (Cunha, 1723, p. 86).

Apesar da falsa modéstia do embaixador, de tratarem-se de simples memórias pessoais, o texto das *Memórias sobre a Paz de Utrecht*, composto de vários volumes que o ocupou por vários anos, como deveria se esperar de um acadêmico, seguia as novas regras do discurso histórico. Além da análise histórico-política, o mesmo era acompanhado de extenso suplemento, onde constavam as traduções das fontes utilizadas, a saber «os mesmos Tratados, com notas Genealógicas, Históricas e Geográficas» (Cunha, 1716).

#### 2.4. Para o engrandecimento da nação e o serviço do Estado

Os acadêmicos/embaixadores, como era o caso de Dom Luís da Cunha, eram espectadores privilegiados desse «teatro do mundo» e, por isso mesmo, constantemente afeitos à produção de textos reflexivos sobre os acontecimentos que lhes eram contemporâneos. Era uma História eminentemente política, que deveria reconstituir os acontecimentos do passado, mas também instruir a Coroa em sua ação futura. José da Cunha Brochado, nas *Memórias particulares ou anedotas da Corte de França, no tempo que serviu como enviado naquela corte*, escritas entre 1696 e 1702, apontava como uma das importantes virtudes dos embaixadores, além de «grande desembaraço, muita atenção, grande sagacidade com muita dissimulação, um semblante de muitas caras e um aparato com tanto artifício que sirva a todos os gênios», a «muita erudição de História Moderna» (Brochado, 1696-1702, p. 41). Brochado, como era de se esperar, também foi sócio da Academia Real da História, tendo sido seu primeiro diretor (Mota, 2003, p. 47). Para Dom Luís da Cunha «os Embaixadores (se são como devem ser, e não como eu sou) têm justamente a obrigação de serem uns Jornaleiros Historiadores dos sucessos presentes, necessitando de os combinar com os passados, para poderem formar o seu juízo sobre os futuros» (Cunha, 1723, p. 87). Observa-se aí a missão messiânica da História, de projetar para o futuro a ação dos homens presentes, à luz do ensinamento dos do passado.

Mas, esse novo conhecimento não deveria ser produzido apenas de forma individual, mas de maneira coletiva, o que tornava a Academia um espaço privilegiado de intercâmbio de ideias e de sociabilidade. «A Academia é instituída sob o signo da comunicação, o que implicava um ideal de colaboração que condena o trabalho solitário» (Mota, 2003, p. 54). Seus sócios, por meio da instituição,

ainda que distanciados espacialmente, estavam conectados entre si, partilhando e contribuindo para a produção de um novo conhecimento, ligados seja sob a forma de sócios numerários, ou supranumerários, como era o caso de Dom Luís da Cunha. Mas essa produção de um conhecimento coletivo não significava que não houvesse diferenças ou divergências nos discursos dos acadêmicos, ou que a instituição fosse monolítica (Cunha, 2006, p. 11). Ao contrário, o debate era a essência de um conhecimento de viés ilustrado.

Também é importante salientar que a Academia não estava desconectada das redes de *savants* europeus. Apenas a título de exemplo, entre tantos outros, o médico português Antônio Ribeiro Sanches que estando na Rússia como doutor das armadas, foi designado membro do *Russian College of Physicians* (1734), conselheiro de Estado da corte russa (Chez Bure, 1783, folha de rosto), sócio-honorário da Academia de Ciências de São Petersburgo, do Corpo de Cadetes (colégio militar onde se educava a nobreza russa), da Corte (1740), além de médico particular da czarina. Seu contato com a Academia russa rendeu a doação à Portugal, destinados a Academia Real da História Portuguesa, de 3000 livros dos trabalhos publicados pela instituição desde sua fundação, em 1725 (Carvalho, 1979; De Sauvigny, 1783, pp. 15-16). Quando os livros chegaram em Lisboa, foi o 4º. Conde da Ericeira quem redigiu a extensa lista dos volumes. Em discurso, exaltou «a fama da instituição da Academia Real da História Portuguesa [que] voou do sul para o norte e do ocidente para o oriente, de uma clima ardente para uma região fria, sem que estas contrariedades diminuíssem o vigor de seu vôo». Segundo esse acadêmico, era a sua fama, «digna do século de Augusto», que teria feito com que a academia russa quisesse enviar os livros «magnificamente encadernados e impressos em língua latina» (Menezes, 1738, p. XVI).

Outra dimensão era o aspecto institucional da História a ser produzida. Essa dimensão era consoante com o projeto a que denominamos iluminista, de produção de um conhecimento a serviço do Estado português e, servia à promoção dos intelectuais dessa República de Letras junto aos grandes. Era um processo coevo ao que, por essa época, ocorria na França. Por isso, as ligações da Academia com o rei eram estreitas: ele era o fundador e o grande mecenas da instituição, o conhecimento produzido era destinado ao seu engrandecimento e ao da nação e, por fim, cabia a ele, distribuir as graças e mercês régias em troca do conhecimento produzido. É novamente nas palavras de Dom Luís da Cunha, que podemos observar essa transitividade entre o conhecimento produzido por esses homens de letras e o poder régio:

Senhor meu: atrevo-me a pedir a Vossa Senhoria que, pelas suas mãos, suba às de Sua Majestade, que Deus guarde, a primeira parte das minhas memórias que encerram uma concisa notícia da causa e acontecimentos da ultima guerra.

[...] Cansei-me na brevidade, sem faltar conforme me parece ao essencial do que conduzia ao meu intento, que é de oferecer a El Rei Nosso Senhor mais que os simples tratados, convenções e outros papéis que ajunto em volume separado, segundo os tempos que se fizeram. [...] Até o fim dela continuarei da mesma forma as ditas memórias quando Vossa Senhoria me segure de que Sua Majestade se dignou de lhe pôr os olhos (Cunha, s.d., 1-1v).

Em outro texto, apontando para a centralidade do papel do monarca na promoção das letras, que é conectada ao do império, Dom Luís se pergunta: «Mas quem não admirara um Príncipe, que com uma mão lança fundamentos do Império das Letras em Portugal» e com outra sustenta os súditos de seu vasto império? «Um Príncipe, que como Homero diz do Sol, tudo vê, e entende tudo, dissipando com a sua luz as trevas da ignorância» (Cunha, 1723, pp. 90-91). Ele também acentua o outro lado dessa simbiose: a dependência dos homens de letras ao mecenato régio, que era quem garantia sua promoção social, e, em muitos casos, sua própria sobrevivência. Em 1727, Francisco Mendes de Góes, um antigo funcionário desde sua embaixada na Inglaterra e seu dileto amigo<sup>11</sup>, cansado dos meandros da carreira diplomática, resolveu abandoná-la, no momento em que era indicado agente de Portugal em França. Sobre sua decisão, Dom Luís inquiriu-lhe: «que diabo de flato lhe deu para pedir licença no tempo em que el Rei lhe faz a maior confiança? Ser philosopho é muito bom; mas não ter que comer é muitas vezes mau» (Cunha, 1727).

Como os demais partícipes dessa República de Letras ilustrada reunidos na Academia Real da História Portuguesa, Dom Luís da Cunha fazia parte de um movimento que pretendia deixar suas marcas na transformação do mundo. O *philosophe* era um ser engajado. Por isso, antes de mais nada, seus textos deveriam projetar para o futuro as suas ideias sobre a política portuguesa. O culto da escrita, a certeza de possuírem uma missão civilizadora a ser colocada a serviço do Estado, o gosto pela polêmica, a certeza de terem suas opiniões ouvidas faziam com que esses intelectuais iluministas possuíssem a convicção de que faziam e participavam da História. Mas sua ação «se situava no devir histórico» e seus conselhos deveriam servir como *espelhos dos príncipes* (Masseau, 1994, p. 15).

## 2.5. Bosque de Minerva: a Biblioteca Régia

A Academia Real da História Portuguesa não se constituiu como um espaço isolado, mas fazia parte e era irradiador do programa científico joanino, aberto ao novo conhecimento de bases Iluministas que se propagava pelo mundo ocidental,

<sup>11</sup> A amizade adquiria uma dimensão hierárquica e desigual (Furtado, 1999, p. 60).

caracterizado pela renovação e transformação dos saberes científicos, tendo a História como mola mestra do conhecimento (Bluteau, 1718, p. 163). Conectada a ela, a volumosa Biblioteca Régia, criada por Dom João V, foi outro espaço fulcral desse processo que refletia o mecenato intelectual dispensado pelo rei e buscava municiar a elite pensante com as obras necessárias ao seu desenvolvimento intelectual, mas que também demonstrava publicamente a importância que esse monarca devotava ao conhecimento e à cultura. A Biblioteca deveria reunir não só as obras clássicas, mas o que de melhor e mais moderno estivesse sendo publicado tanto em Portugal, quanto no exterior (Furtado, 2014b, pp. 229-273). Essa tarefa aglutinou parte significativa dessa República de Letras reunida na Academia Real da História. A relação intrínseca entre o monarca, a Academia e a Biblioteca para a conformação desse projeto esclarecido aparece claramente no discurso com que o 2º. Conde de Assumar aclamou sua eleição: «[os acadêmicos], que com elegantes e judiciosos volumes granjeiam a veneração de toda a república literária, consigam a honra de ter lugar na Biblioteca de Sua Majestade, que admiramos nova maravilha da real magnificência, não só pelo crescido número de volumes, mas pela primorosa singularidade da escolha, nascida da [Sua] alta compreensão e erudição vastíssima» (Silva, 1726, p. 206).

Em Portugal, os marqueses de Abrantes e de Alegrete, o 4º. Conde da Ericeira, o padre Bartolomeu de Gusmão (nascido no Brasil), o cardeal da Mota e Martinho de Mendonça redigiam as extensas listas de obras a serem adquiridas. Nas diversas cortes europeias, os diplomatas, como Dom Luís da Cunha, José da Cunha Brochado, Sebastião José de Carvalho, o futuro Marquês de Pombal, entre outros, se dedicavam à compra dos mesmos. Dessa forma, apesar de distantes espacialmente, ao contribuírem para a formação da biblioteca real, por meio de troca de cartas, compartilhavam gostos, leituras e opiniões.

A Biblioteca foi colocada sob a proteção de Minerva, a deusa das Ciências e das Artes, pois deveria abarcar todos os campos do conhecimento. Seria um «armazém das Ciências, tesouro das joias mais ricas, e mais úteis que há no mundo» (Delaforce, 2002, p. 68). Era mais que um Palácio, era um Bosque de Minerva, e que não se estranhe essa metáfora, visto que «cada livro daquela numerosa livraria [...] é uma árvore que está permanentemente dando sazoados frutos de sabedoria», sendo pois um jardim do conhecimento (Alegrete, 1723, p. 10).

Por essa razão, não se tratou apenas de comprar livros, mas também de produzi-los. A exemplo do ocorria em outras nações, «essas imponentes ‘bibliotecas’ constituem, com as enciclopédias e os dicionários, uma imagem maior das grandes iniciativas editoriais do século XVIII» (Chartier, 1998, p. 71). Assim sendo, pujante produção de livros de matiz português foi publicada por essa época, movimento editorial que ocorre conjuntamente com o desenvolvimento do próprio mercado

livreiro que abarcava o conjunto do império. O esforço de composição da Biblioteca Régia incluiu a compra de uma oficina tipográfica, que foi doada à Academia Real da História, e a contratação de tipógrafos e gravadores ligados à produção de livros (Almeida, 1995, pp. 213-214; Cluny & Barata, 1998, p. 133). O reflexo dessa pujança foi que «o número de novos títulos publicados anualmente triplicou, passando de 300 para 900, assim como o número de impressores, de 13 para 46, só em Lisboa» (Almeida, 1995, pp. 213-214; Cluny & Barata, 1998, p. 133). Vários desses livros foram por sua vez traduzidos e editados em língua estrangeira e divulgaram para muito além do espaço nacional a cultura portuguesa e os intelectuais que a produziam mostravam-se alinhados com a matriz de pensamento racionalista iluminista que caracterizava a República das Letras europeia.

## 2.6. O ocaso da Fênix

A Academia Real da História Portuguesa e a Biblioteca Régia haviam sido, simbioticamente, os *locus* privilegiados a partir dos quais as elites inteligentes lusobrasileiros procuraram efetivar o projeto cultural iluminista, típico da primeira metade do século XVIII, sob a égide de dom João V. Porém, as transformações ocorridas em ambos os lados do Atlântico, no último quartel desse século, já sob o reinado de Dona Maria I, levaram ao progressivo esgotamento e declínio da Academia Real da História Portuguesa e à criação e à ascensão de uma outra instituição, a Real Academia das Ciências de Lisboa. No Brasil, as duas academias de história haviam experimentado uma mais breve existência. A Academia Brasileira dos Esquecidos, sob a batuta de seu fundador, o vice-rei, Vasco Fernandes de Meseses, reuniu-se por cerca de ano, sem que se conheçam exatamente as causas de sua extinção. Já a Academia dos Renascidos funcionou também pelo mesmo período de tempo, mas apenas informalmente, porque o Marquês de Pombal havia mandado prender seu fundador, José Mascarenhas Pacheco, decorrido somente um mês de sua criação (Kantor, 2004, pp. 89, 20).

A fundação da Real Academia das Ciências de Lisboa, em 1779, era reflexo da importância que as Ciências Naturais vinham adquirindo no interior do vasto campo das Ciências necessárias ao desenvolvimento do Estado, em detrimento da História. Essa importância era decorrente das reformas de ensino pombalinas, ocorridas durante o reinado de Dom José I, especialmente a da Universidade de Coimbra, a partir de meados de 1772, com a aprovação de seus novos estatutos. A Universidade, antes centrada nos estudos Teológicos, introduziu os cursos de Ciências Naturais, do Direito Civil, da Matemática, criou um Jardim Botânico e um Laboratório de Ciências, tornando-se o polo irradiador de uma série de viagens naturais, que foram empreendidas por todo o império com o intuito de conhecer suas potencialidades econômicas. Esse inventário do mundo natural

foi obra realizada em conjunto pelos naturalistas luso-brasileiros, resultando num aumento exponencial de estudantes brasileiros na instituição, que trabalhavam sob o signo e a direção do Estado, em consonância com as ideias iluministas mais recentes, que propugnavam a investigação da natureza sob o signo da utilidade, inserida no processo de transformação dos produtos naturais em manufaturas, isto é, mercadorias que promoveriam a riqueza nacional.

A partir da década de 1780, a Real Academia das Ciências de Lisboa veio substituir a Universidade como o *locus* mais importante de produção desse novo conhecimento científico e se tornou, então, o mais importante espaço de articulação dos que haviam recebido em Coimbra o preparo para o exercício das Ciências Naturais —os naturalistas. Sob o signo das Luzes de fins de século, a Academia pretendia impor o domínio da empiria na observação da realidade, da razão pura, desvinculando, definitivamente, a Teologia do novo saber construído sobre o mundo. O conhecimento produzido deveria, então, ser vertido para o proveito e desenvolvimento econômico do império, eis porque os relatos produzidos por seus membros ao investigarem a natureza do império foram intitulados *Memórias Econômicas*.

Sua criação era também decorrente dos percalços econômicos que então Portugal e suas colônias vivenciavam. Ao longo dos três primeiros quartéis do século XVIII, o ouro e os diamantes haviam sido seus principais pilares. Mas os evidentes sinais de decadência da produção aurífera, a partir do último quartel do século, era ressentida pela população local e, principalmente, pelas autoridades reinóis. A consciência desta crise atingiu os dois lados do Atlântico. Reunida na Real Academia das Ciências de Lisboa, em torno e sob o patronato do monarca, a elite administrativa e intelectual luso-brasileira buscava formas de promover o desenvolvimento econômico do império oceânico, sua diversificação para além do ouro, propondo alternativas para sua exploração econômica.

A partir de então a Real Academia das Ciências tornou-se o mais importante veículo de promoção da Ilustração sob os interesses do Estado, obliterando a importância que a Academia Real da História e, por conseguinte, o papel que a História havia tido na produção do conhecimento na primeira metade do século. A instituição estimulou a realização de inúmeras pesquisas no campo das Ciências Naturais, que propuseram como aproveitar a natureza, tanto o reino vegetal, animal, quanto mineral, enquanto recursos econômicos. De um lado, os estudos promovidos buscavam soluções que promovessem o desenvolvimento interno de Portugal, por meio do estímulo às manufaturas e da diminuição da dependência econômica a outras nações, particularmente a Inglaterra. Por outro lado, no caso das outras colônias e, especialmente, do Brasil, buscava-se estudar pormenorizadamente suas riquezas naturais —principalmente no que dizia respeito

à agricultura, mineração, pesca, extrativismo vegetal, etc.—, aproveitando-se da sua ampla extensão do territorial e de sua diversidade (Percebe-se aí a influência das nascentes ideias da Divisão Internacional do Trabalho, descritas, mais tarde, com clareza, por Adam Smith em *A Riqueza das Nações*. Caberia às colônias a produção de bens primários, de acordo com a vocação natural de seus territórios. Portugal seria o responsável pelo beneficiamento desses produtos, incentivando seu desenvolvimento manufatureiro).

Segundo s Estatutos da Real Academia das Ciências, «este novo corpo literário, sendo unicamente dirigido ao adiantamento das Ciências e da Indústria», deixava claro o caráter pragmático da instituição; a vertente utilitarista dos estudos a serem realizados pelos acadêmicos, pois o adiantamento das ciências era correlato ao da indústria; e a relação intrínseca entre a ciência e a economia para o desenvolvimento do império. Ao afirmar que a mesma «não tem outra divisão de sócios, senão a que nasce dos diferentes graus de trabalho, a que se obrigam para o desempenho dos fins a que a Academia se propõe», observa-se que, como era afeito às demais academias iluministas, enfatizava-se o caráter igualitário da instituição, ao não distinguir hierarquicamente os seus membros entre si. A adesão dos nascidos no Brasil, incorporados aos seus quadros como membros supranumerários, se justifica pois no seio dessa instituição operava-se a valorização, sem discriminação, do saber dos inteligentes das conquistas aos do reino. A sua fundação visava «despertar os engenhos e corresponder às benéficas intenções, com que a Nossa Augusta Soberana se digna proteger as Ciências, que farão o seu reinado ilustre na memória de todos e nos séculos vindouro»<sup>12</sup>, o que evidenciava a proteção régia, necessária ao financiamento das suas atividades, mas que também desnudava a relação intrínseca entre a instituição e o Estado. Para a Coroa portuguesa, o conhecimento pormenorizado do império era vital para a implementação de uma política econômica reformista, necessária ao desenvolvimento e diversificação econômica dos seus territórios. O acesso e o domínio de amplas informações sobre o seu vasto território, tanto reinol quanto além-mar, era, antes de mais nada, expressão de seu poder: conhecer para poder dominar. Este esforço de compreensão da realidade, sob o signo da razão e da utilidade, foi profícuo e resultou em inúmeros estudos, com conteúdos bastante amplos, geralmente intitulados *Memórias Econômicas*, que descreviam em minúcias o Reino e as colônias, suas condições naturais, econômicas, climáticas, geográficas, sociais, históricas, entre outros.

O Estatuto também deixava claro a centralidade das Ciências Naturais para a promoção desse desenvolvimento econômico. Essa preponderância era aspecto central do novo projeto iluminista do Estado em fins de século, muito distinto do

---

<sup>12</sup> Biblioteca Nacional de Portugal, Gazeta de Lisboa. No 5. Terça feira, 1 de fevereiro, 1780.

joanino, no qual a História havia ocupado papel primordial no projeto de afirmação da soberania da nação portuguesa, num contexto europeu de acirradas disputas nacionais. Por isso, determinava-se que «os objetos em que a nova Academia deve ocupar-se são as Ciências Físicas e Matemáticas e sobretudo a aplicação destas à Agricultura, às Artes e à Indústria popular e ajuntará a fluidos tão úteis o da nossa língua, da nossa poesia e da nossa História: para o que dará princípio a uma Biblioteca e Museu Nacional»<sup>13</sup>. Observa-se, com clareza, que não só as Ciências Naturais haviam se tornado a mola mestra para a produção do conhecimento, mas que a História descera do seu panteão, não era mais seu centro irradiador e sim uma ciência auxiliar.

Esse ocaso da História e o conseqüente declínio da Academia Real da História Portuguesa como forma de instrumentalizar o Estado em suas ações iluministas, podem ser observados, de forma simbólica, no preâmbulo de uma narrativa que descrevia a viagem ao Daomé empreendida sob a égide da Real Academia das Ciências, escrita pelo nascido no Brasil, o brasileiro Cipriano Pires Sardinha, na qual descrevia a viagem natural que fizera ao Daomé: «Prepara-te ó Leitor, para ouvires acontecimentos nunca esperados, e não creias que eu falte a um só ponto da verdade; que, como Historiador, pinte com expressões hiperbólicas os meus sucessos dessa viagem» (Lessa, 1957, pp. 33-34). Nesse trecho, o autor se refere ao historiador como alguém que se utiliza de uma retórica exagerada para narrar o passado, contrapondo esse tipo de escrita a que vai empregar a seguir, ainda que, por vezes, o que vai contar possa parecer fantástico. É a fala de um novo homem de ciência, comprometido apenas com a realidade observada, pois afirma que pode apenas «dar exatas informações do que vi», conforme os ditames exarados pela Real Academia das Ciências de Lisboa, que encomendara o estudo (Lessa, 1957, p. 41). Para ele, é somente a partir dessa nova Ciência e de seu método que se poderia alcançar a verdade. Esse novo discurso, sob o primado das Ciências Naturais nascentes, impõe definitivamente o domínio da empiria para a observação da realidade e para a construção do conhecimento sob bases científicas, que passa a ser reconhecido como único capaz de promover o desenvolvimento do império português. Nesse sentido, essa nova Academia opõe o tipo de discurso que produz ao que era próprio da Academia Real da História Portuguesa, que tivera como propósito maior inserir a História do seu império no interior da da Cristandade e dessa forma engrandecer a monarquia portuguesa e suas conquistas frente ao mundo Ocidental.

---

<sup>13</sup> Biblioteca Nacional de Portugal, Gazeta de Lisboa. No 5. Terça feira, 1 de fevereiro, 1780.

## BIBLIOGRAFIA

- Alegrete, Marques de (1723-1738). *Collecçam dos Documentos Estatutos e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza: que neste anno de 1723 se compuzeraõ, e se imprimiraõ por ordem dos seus Censores dedicada a El Rey nosso Senhor pelo Marquez de Alegrete Manoel Telles da Sylva, Secretario da mesma Academia*. Lisboa Occidental: Officina de Pascoal da Silva, Impressor de Sua Magestade, e da Academia Real, 16 vols.
- Almeida, Luís Ferrand de (1995). Dom João V e a Biblioteca Real. En *Páginas dispersas: estudos de História moderna de Portugal* (pp. 209-228). Coimbra: Instituto de História Económica e Social.
- Bestrman, Theodore (ed.) (c.1977). *Correspondance de Voltaire*. 13 vols. Paris: Gallimard.
- Biblioteca Nacional de Portugal (1780). *Gazeta de Lisboa*. Nº 5. Terça feira, 1 de fevereiro.
- Bluteau, Rafael (1713-1721). *Vocabulario Portuguez & Latino*. 5 vols. Coimbra. Real Colégio das Artes de Jesus.
- Brochado, José da Cunha (1696-1702). *Memórias particulares ou anedotas da Corte de França, apontadas no tempo que serviu como enviado naquela Corte*. Bibliotéque Nationale de Paris, Seção de Manuscritos, Portugais 18.
- Cañizares-Esguerra, Jorge (2001). *How to write the history of the New World: histories, epistemologies, and identities in the Eighteenth-century Atlantic world*. Stanford: Stanford University Press.
- Carvalho, Rômulo (1979). *Relações entre Portugal e a Rússia no séc. XVIII*. Lisboa: Sá da Costa.
- Charles W. J. (2007). *Placing the Enlightenment: thinking geographically about the Age of Reason*. Chicago: Chicago University Press.
- Chartier, Roger (1998). *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. 2ª ed. Brasília: UNB.
- Chez Bure (1783). *Catalogue des livres de feu M. Sanchès*. Paris: Chez Bure.
- Cunha, D. Luís da (1716). *Cartas de Dom Luís da Cunha ao 2º. Conde de Assumar*. Códice 1608, de 16 de março, Biblioteca Nacional de Portugal, Seção de Reservados.
- Cunha, D. Luís da (1723). Carta de D. Luis da Cunha em resposta do aviso que o Secretario da Academia lhe fez de estar nomeado Académico Supranumerário. *Alegrete 1723-1738*, 85-90.
- Cunha, D. Luís da (1727). *Minutas de cartas de Dom Luís da Cunha para Francisco Mendes de Góes*. Doc. 71, de 4 de dezembro, Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Caixa 1, Maço 1.

- Cunha, D. Luís da (1742). *Carta a Marco António de Azevedo Coutinho*. De 18 de fevereiro. Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Caixa 561. Doc.42
- Cunha, D. Luís da (s.d.). Carta a Diogo de Mendonça Corte Real, do Conselho de Sua Magestade e seu Secretário de Estado. Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, Arquivo do Conde de Linhares, vol. 1.
- Cunha, Norberto Ferreira da (2006). *Elites e Acadêmicos na cultura portuguesa setecentista*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- Cluny, Isabel (1999). *D. Luís da Cunha e a idéia de diplomacia em Portugal*. Lisboa: Horizontes.
- Cluny, Isabel & Paulo Barata, J.S. (1998). A propósito de um documento da política cultural joanina. *Leituras, Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*, 3(3), 129-140.
- D'Alembert, M. (1779). Preface. En *Éloges lus dans les séances publiques de l'Académie Française* (pp. aiiij-xxxiv). Paris: Panckoucke.
- Darnton, Robert (1983). *Bohème littéraire et révolution: le monde des livres au XVIIIe siècle*. Paris: Galimard.
- Darnton, Robert (2003). *Os dentes falsos de George Washington*. São Paulo: Companhia das Letras.
- De Sauvigny (1783). Précis Historique sur la vie de M. Sanchès. En *Catalogue des livres de feu M. Sanchès* (pp. 5-28). Paris: Chez Bure.
- De Vos, Paula (2005). Enlightenment. Spanish America. En Michael J. Francis (organizador) *Iberia and the Americas: culture, politics and history* (pp. 450-453). Santa Barbara: ABC-Clio.
- Delaforce, Angela (2002). *Art and patronage in Eighteenth-century Portugal*. Cambridge: Harvard University Press.
- Diderot, D. (s.d.). Philisophe. En *Oeuvres complètes*. Tomo XVI. Paris: A.T.
- Furtado, Junia Ferreira (1999). *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec.
- Furtado, Junia Ferreira (2012a). *Oráculos da Geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG.
- Furtado, Junia Ferreira (2012b). República de Mazombos: sedição, maçonaria e libertinagem numa perspectiva atlântica. En José Damião Rodrigues (coordenador), *O Atlântico revolucionário: circulação de ideias e de elites no final do Antigo Regime* (pp. 291-321). Ponta Delgada: Centro de História do Além-Mar.

- Furtado, Junia Ferreira (2013). *O mapa que inventou o Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro: Odebrecht/ Versal.
- Furtado, Junia Ferreira (2014a). Dom João V e a década de 1720: novas perspectivas na ordenação do espaço mundial. En João Luís Ribeiro Fragoso y Maria de Fátima Gouvêa (organizadores), *O Brasil Colonial (1720-1821)* (III, pp. 61-110). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Furtado, Junia Ferreira (2014b). Bosque de Minerva: artefatos científicos no colecionismo joanino. En Heloisa Meireles Gesteira, Luís Miguel Carolino y Pedro Marinho (organizadores). *Formas do império: ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX* (pp. 229-273). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gruzinski, Serge (2004). *Les quatre parties du monde: histoire d'une mondialisation*. Paris: La Matinière.
- Israel, Jonathan (2006). Enlightenment! Wich Enlightenment? *Journal of the History of Ideas*, 6(3), 523-545.
- Jancsó, István (1997). A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. En Laura de Mello e Souza (organizadora). *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa* (I, pp. 387-443). São Paulo: Companhia das Letras.
- Kantor, Íris (2004). *Esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica luso-Americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec.
- Lessa, Clado Ribeiro da (1957). *Viagem de África em o Reino de Dabomé*. São Paulo: Editora Nacional.
- Masseau, Didier (1994). *L'invention de l'intellectuel dans l'Europe du XVIII<sup>e</sup> siècle*. Paris: PUF.
- Maxwell, Kenneth (1996). *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. São Paulo: Paz e Terra.
- Menezes, D. Francisco Xavier de (4<sup>o</sup> Conde da Ericeira) (1738). Extratos academicos dos livros que a Academia de Petersburgo mandou à Lisboa. Feitos por ordem da mesma Academia pelo conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes, hum de seus diretores e censores. Em Manoel Telles da Sylva, Marquez de Alegrete, *Collecção dos Documentos Estatutos e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza: que neste anno de 1723 se compuzerao, e se imprimiraõ por ordem dos seus Censores dedicada a El Rey nosso Senhor pelo Marquez de Alegrete Manoel Telles da Sylva, Secretario da mesma Academia*. Vol. XVI. Lisboa Occidental: Officina de Pascoal da Silva, Impressor de Sua Magestade, e da Academia Real.
- Morse, Richard McGee (1988). *O espelho de Próspero*. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia das Letras.

- Mota, Isabel Ferreira da (2003). *A Academia Real da História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Minerva.
- Neves Lúcia Bastos Pereira das & Guilherme Pereira das Neves (2004). A biblioteca de Francisco Agostinho Gomes: a permanência da ilustração luso-brasileira entre Portugal e o Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 425, 11-28.
- Palma-Ferreira, João (1982). *Academias literárias dos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Silva, Abílio Diniz (2001). Introdução. En D. Luís da Cunha, *Instruções políticas*. Edição de Abílio Diniz Silva (pp. 9-117). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Silva, Maria Beatriz Nizza da (1999). *A cultura Luso-Brasileira: da reforma da universidade à independência do Brasil*. Lisboa: Estampa.
- Silva, Manoel Telles da (1726). *História da Academia Real da História Portuguesa*. Licença dos censores. Lisboa Ocidental: Oficina de Joseph Antonio da Sylva.
- Teixeira, Ivan (1999). *Mecenato pombalino e poesia neoclássica: Basílio da Gama e a poética do encômio*. São Paulo: Edusp.
- Wills J.R., John E. (2001). *1688: o início da era moderna*. Rio de Janeiro: Campus.
- Withers, Charles W. J. (2007). *Placing the Enlightenment: thinking geographically about the Age of Reason*. Chicago: Chicago University Press.
- Xavier, Ângela Barreto (1998). *El Rei aonde póde, e não aonde quer: razões da política no Portugal seiscentista*. Lisboa: Colibri.